

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

30/03/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Temer recua em base de cálculo na reforma da Previdência

Durante a tramitação da reforma da Previdência na Câmara, o governo do presidente Michel Temer decidiu fazer mais um recuo, que, na prática, pode diminuir menos o valor das aposentadorias se o novo texto entrar em vigor. A decisão, agora, é de manter a base de cálculo dos benefícios como é hoje: correspondente aos 80% maiores salários de contribuição. O texto da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) enviada ao Congresso diz que o cálculo seria feito com base na "média das remunerações utilizadas como base para as contribuições." A informação foi dada à bancada do PSDB em reunião de ontem e confirmada pelo jornal Folha de S. Paulo com integrantes do governo. Diante de um material de divulgação elaborado pelo governo que diz que "o cálculo das aposentadorias passa a ser com base na média simples de 'todos' os salários de contribuição, e não mais sobre os 80% maiores", o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) questionou o secretário de Previdência, Marcelo Caetano. De acordo com relatos, o secretário afirmou durante a reunião que o material seria corrigido e reforçou que a base de cálculo corresponderá aos 80% maiores salários.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/03/2017

Sem reforma da Previdência, Brasil paralisa em sete anos, diz Temer

O presidente Michel Temer voltou a defender ontem a aprovação da reforma da Previdência como essencial para a sustentabilidade financeira do país no longo prazo. Segundo o peemedebista, sem as mudanças nas aposentadorias e pensões, o Brasil vai paralisar em sete anos. "Se não se fizer essa reforma agora, daqui a três anos teremos que fazer, senão daqui a sete paralisamos o país", afirmou Temer, que participou de uma conferência do Bank of America Merrill Lynch em São Paulo. O evento foi fechado para a imprensa, mas as declarações foram reproduzidas na conta oficial da TV NBR e do Planalto no Twitter. Segundo o presidente, sem a reforma em 2024 o governo só terá dinheiro para pagar os servidores e não conseguirá fazer investimentos sociais. "Se nós fizermos a reforma da Previdência agora, a economia continuará a subir", disse. Temer ressaltou ainda a necessidade de aproveitar o apoio que o governo tem no Congresso para aprovar a reforma da Previdência e também outros projetos que podem favorecer o crescimento do Brasil e atrair novamente investidores internacionais para o Brasil. Entre eles, o presidente destacou a terceirização aprovada na Câmara na semana passada e que aguarda sanção presidencial.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/03/2017

Imposto de Renda: Receita espera receber 28,3 milhões de declarações este ano

Em apenas 26 dias a Receita Federal já recebeu mais de 6 milhões de declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2017. Até às 17h da terça-feira (27), 5.978.202 contribuintes usaram a plataforma da Receita Federal (RF) para declarar os ganhos obtidos em 2016. A estimativa da (RF) é que até o dia 28 de abril, sejam entregues 28,3 milhões de documentos. A Receita Federal passou a receber os documentos referentes a declaração do Imposto de Renda 2017 no dia 02 de março. O contribuinte tem até o dia 28 de abril, às 23h59 para informar. A declaração é obrigatória aos brasileiros que receberam rendimentos tributáveis superiores a R\$ 28.559,70 em 2016.

Fonte: <http://economia.ig.com.br/2017-03-28/imposto-de-renda-2017.html>

Governo anuncia fim de desoneração da folha para quase todos os setores

O governo anunciou nesta quarta-feira (29) um bloqueio de R\$ 42,1 bilhões de despesas previstas no Orçamento e a reoneração da folha de pagamento de cerca de 50 setores para cumprir a meta de chegar ao fim do ano com um déficit de R\$ 139 bilhões. O contingenciamento foi de R\$ 10 bilhões acima do pretendido pela equipe econômica, que sofreu um revés em três frentes de negociação. Na principal, deixou de contar com R\$ 8,6 bilhões em receitas vindas de precatórios. Isso porque teve uma derrota no STF (Supremo Tribunal Federal). A ministra Cármen Lúcia não liberou a contabilização desses recursos, algo que o governo acredita ser possível reverter. Outro contratempo veio com a decisão da equipe política do presidente Michel Temer de não acabar plenamente com a desoneração da folha de pagamento. A equipe econômica contava com cerca de R\$ 6,5 bilhões até o fim deste ano caso fosse extinto o benefício para todas as empresas de mais de 50 setores. No entanto, foram preservadas empresas de transporte rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros, comunicação e construção civil, o que inclui grandes empreiteiras que atuam em obras de infraestrutura.

A frustração de receitas neste caso foi de cerca de 25%. Em vez de cerca de R\$ 6,5 bilhões, agora contam com R\$ 4,8 bilhões. A medida entra em vigor em agosto e depende da aprovação pelo Congresso. A equipe econômica também chegou a considerar um aumento de tributos como PIS/Cofins, que poderia, na melhor das hipóteses, trazer R\$ 16 bilhões em receitas —o que permitiria contingenciar cerca de R\$ 30 bilhões. Diante da pressão de setores da indústria, o governo optou apenas por acabar com a isenção de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em operações de crédito de cooperativas, o que trará R\$ 1,2 bilhão em receitas. Ao anunciar o fim das desonerações para alguns setores, o ministro Henrique Meirelles (Fazenda) criticou a gestão de Dilma Rousseff, que desonerou empresas como forma de estimular a economia.

Em relação ao corte de despesas, o Ministério do Planejamento informou que R\$ 10,9 bilhões serão bloqueados de emendas parlamentares. Outros R\$ 20,1 bilhões serão retirados dos ministérios (de maneira proporcional). O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) teve R\$ 10,5 bilhões bloqueados. Haverá ainda R\$ 580 milhões de corte nos demais Poderes (exceto Executivo). Na Saúde e na Educação, serão preservadas as aplicações mínimas obrigatórias.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/03/2017

Fim de desonerações afeta maiores e vai gerar cortes, diz indústria

Setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento reclamam que o fim da política vai aumentar os custos das empresas em meio à recessão e gerar cortes de vagas. O impacto será maior sobre companhias com muitos empregados ou que pagam altos salários. Nesses casos, a tributação de 1% a 4,5% sobre o faturamento é mais vantajosa do que pagar 20% sobre a folha. "O trabalhador de tecnologia da informação está entre os de melhor remuneração. O fim da desoneração vai gerar uma contração econômica violenta no setor", diz Sérgio Gallindo, presidente executivo da Brasscom (associação das empresas de TI). No setor têxtil, o impacto será maior sobre as indústrias de grande porte exportadoras, diz Fernando Pimentel, presidente da Abit, entidade que representa o ramo. "A contribuição sobre o faturamento não incide sobre a parcela exportada. Essas empresas perderão competitividade em um momento em que o câmbio está desfavorável", diz. O setor de calçados faz avaliação semelhante.

No caso da indústria elétrica e eletrônica, a medida deve afetar fabricantes de grandes equipamentos, e não de bens de consumo como celulares, diz Humberto Barbato, presidente da Abinee, associação das empresas do setor. Empresas cuja folha é reduzida diante do faturamento já se "reoneraram" por conta própria. Dados da Receita Federal mostram que o número de optantes pela desoneração da folha diminuiu 45% entre 2015 e 2016. Para Vanessa Canado, professora da FGV especialista em direito tributário, faltam estudos que mostrem o resultado da política de impostos. "A desoneração foi criada para gerar empregos. Se ela não estiver mais gerando, não faz sentido continuar."

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/03/2017